

SERRA, C.

Vimos pra comungar: os grupos católicos LGBT brasileiros e suas estratégias de permanência na igreja

Rio de Janeiro: Metanoia, 2019, 254 p.

ISBN 978-85-9475-073-0

Cris Serra é psicóloga pela PUC-Rio, mestre e doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua como colaboradora do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direito Humanos (CLAM) e coordena a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT.

Em “Vimos pra Comungar”, Cris Serra, traz os resultados da pesquisa de seu mestrado. O livro apresenta grupos de católicos LGBT brasileiros e as suas estratégias de posicionamento e permanência na Igreja. O livro está dividido em uma introdução, nove capítulos e as considerações finais. Os capítulos estão divididos em três partes. O objetivo da obra é apresentar as estratégias de permanência de católicos LGBT na Igreja. De uma maneira geral, o livro traz para o debate as polêmicas que envolvem a diversidade sexual e a religião, no contexto da fé católica; bem como aponta as iniciativas dos grupos de católicos LGBT e suas estratégias para permanência na igreja.

Na introdução a autora abre a discussão para a dicotomia que vem sendo construída e se consolidando pelo imaginário público relativamente a questão do confronto político entre atores e grupos autoidentificados como “religiosos”, de um lado; e de outro, grupos e movimentos feministas, defensores da diversidade sexual e de gênero e da laicidade do Estado. A autora chama, também, atenção para o déficit de publicações a respeito de diversidade sexual e gênero, apontando algumas publicações. Ela traça um panorama da sua trajetória pessoal, a partir de sua percepção como “lésbica”, enfatizando seus conflitos e angústias em relação a questão da *homossexualidade* e do catolicismo, ao passo que demonstra seu engajamento e protagonismo com os grupos LGBT católicos. Ato contínuo, mostra a trajetória dos Grupos de Católicos LGBT no Brasil, enfatizando que houve um crescimento desses grupos ao longo dos anos a partir de 2007, chegando ao total de 15 grupos em 2018, espalhados pelo Brasil. Ainda, na introdução do trabalho, é possível verificar a trajetória dos movimentos católicos LGBT nos Estados Unidos e na Europa, bem como sua íntima ligação com movimentos sociais a partir da

segunda metade do século XX, emergindo distintas Teologias, voltadas a sistematizar reflexões teológicas que permitisse o reconhecimento da singularidade da experiência de diversos grupos identitários, tais como: “teologia feminista”, “teologia negra”, “teologia da libertação” e a “teologia homossexual, *gay, queer*”. Ao discutir a relação entre católicos LGBT e a Igreja Católica Romana (ICR), a autora dá destaque aos documentos oficiais da Igreja que tratam de diversidade sexual e gênero, que apontam na direção da heterossexualidade, muito em razão de questões reprodutivas. Ela lembra que a chegada do Papa Francisco pode abrir caminho para uma Igreja Católica mais inclusiva, devido ao posicionamento do mesmo. Ato contínuo, a autora dá um panorama geral do livro indicando seu objetivo que é “investigar as estratégias de permanência na ICR desenvolvidas pelos grupos de ‘católicos LGBT’ brasileiros e suas implicações” (p. 35).

Por fim, na introdução, a autora traz um comentário sobre as relações entre religião e sexualidade, partindo da crítica ao conceito unívoco de secularização, religião e laicidade, ao afirmar que tais categorias “estão sendo constantemente (re)definidas dentro de contextos sociais e históricos específicos” aos quais se inserem (p. 39).

A parte I intitulada “‘Em nome de Deus (e da família)’: cruzadas morais, guerras sexuais” está dividida em cinco capítulos e traz a discussão sobre as “relações entre secularismo e laicidade, sexualidade, religião, família, hierarquias sociais e autonomização moral em termos de negociações, disputas, apropriações, ansiedades, controle social e estratégias de legitimação”.

No capítulo 1 “Controvérsias e guerras sexuais contemporâneas no Brasil”, a autora, retrata o cenário político religioso brasileiro, abordando as tensões causadas pela “bancada evangélica” em torno de temas relacionados a diversidade sexual, gênero, família, aborto, feminismo dentre outros. Ela mostra que, no Brasil, é significativa a ingerência da Política sobre a religião, que é constantemente “manipulada” por questões eleitorais.

O capítulo 2 “Ansiedades e controle social: para além das dicotomias”, traz à discussão o debate em torno das forças hegemônicas, patrocinado por “conservadores” que manipulam parcela da população trazendo certo “pânico moral”. Temas como “família, “casamento”, “criança” são utilizados como instrumentos para garantir a manutenção de valores burgueses e cristãos hegemônicos, para tanto postula-se “uma concepção universalista e essencializada de um determinado arranjo matrimonial e familiar, articulado a valores religiosos e incumbido da missão ‘sagrada’ de assegurar a reprodução da espécie e a coesão social” (p. 71). Por outro lado, a autora aponta o

surgimento de forças contra hegemônicas, oriundas da variabilidade histórica, que, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, começam a colocar em xeque “os imperativos absolutos da monogamia, da coabitação, da indissolubilidade, da exclusividade, da complementariedade e da compulsória reprodução biológica, bem como a ‘heterossexualidade compulsória e falocrática, sobre os quais funda o ideário familista oitocentista” (p.73). Por fim, a autora mostra que há muitos interesses e privilégios em jogo nessas tentativas de “imunização da família”.

No capítulo 3 “Disputas políticas na linguagem dos direitos: paradoxos identitários e novas estratificações”, a autora mostra que as controvérsias morais se desenvolvem no campo da Política e do Direito, sendo tensionadas por duas correntes diametralmente opostas, uma corrente modernizante – baseada na autonomia individual e nos acordos relacionais –; outra, amparada numa moral sexual convencional – baseada na fragilização dos laços sociais. São apontados os avanços em termos de Direitos políticos e humanos que foram gradativamente conquistados a partir do fim da década de 1970. Há, também, a discussão sobre a pressão política da ala conservadora em relação as pautas de direitos humanos progressistas, defendidos por feministas e demais minorias.

O quarto capítulo “Forças ‘Religiosas’ em um Estado ‘Laico’: estratégias e especificidades” analisa a interferência da religião no espaço público, ou seja, a ocupação do espaço público por entidades religiosas – evangélicas e católicas –, promovidas por meio de significativo aumento da “Bancada Evangélica” no parlamento brasileiro. Essa interferência política é claramente vista na obstrução de pautas contrárias aos conservadores. Por fim, a autora, adverte a respeito dos riscos das simplificações e homogeneizações, mostrando que mesmo dentro dos campos evangélicos e católicos há organização de indivíduos com pautas progressistas.

Para encerrar essa Primeira Parte, no capítulo 5, que tem como título “Diálogos complexos”, a autora mostra que ideologias são construídas a partir de “batalhas políticas ferozes”, que exigem muitas negociações e que “transpõem as fronteiras entre os discursos científicos, políticos, jurídicos, religiosos”, num intenso trânsito de discussões e “legitimações mútuas” (p. 106). Ela lembra que a despatologização da homossexualidade e, mais recente, da transgeneridade são frutos do “engajamento de ativistas no diálogo com os saberes científicos, especialmente psiquiatria e psicologia” (p. 106-107). Nesse complexo contexto social que envolve diversidade sexual e de gênero e religião o “intercâmbio permanente e heterogêneo, valores hegemônicos e contra-

hegemônicos vão ganhando e cedendo terreno, perdendo e ganhando corpo, nas disputas por legitimidade social” (p. 107).

Na parte II intitulada “‘Mais papistas que o Papa’: disputas e paradoxos no campo católico romano em torno da sexualidade”, a autora apresenta dois capítulos, voltados a discutir a Igreja Católica Romana na sua inserção no campo religioso brasileiro, bem como sua articulação com o Estado, e com questões de sexualidade, controle social, e pluralismo, catalisadas pelo Concílio Vaticano II. Na sequência discute a relação da diversidade sexual e de gênero nos ambientes eclesiais.

O capítulo 6 tem como título “A Igreja Católica Romana em meio às disputas do campo religioso brasileiro: ambiguidades e rupturas”. Na primeira parte do capítulo “ambiguidades” a autora chama atenção para as críticas à interferência da religião na esfera pública, visto que o Brasil é um país “laico”. Ela lembra que o cenário histórico brasileiro esteve voltado a hegemonia da ICR, mas essa sempre conviveu com outras modalidades de religião. Ao tratar das ambiguidades entre sexualidade e religiosidade, a autora, mostra que essa última sempre teve um “papel repressivo e policiador” sobre a primeira (p. 113). O texto traz ainda algumas informações a respeito do papel da ligação entre Igreja e medicina, com seu papel de regulação de corpos, moral, saúde, doença. A segunda parte do capítulo “Rupturas” traz “a progressiva perda da hegemonia católica romana face ao crescimento pentecostal no Brasil, a partir das últimas décadas do século XX” (p. 117). Nessa parte consta algumas rupturas internas da própria ICR, que possui correntes diametralmente opostas: “conservadoras” e “modernizantes”. Algumas dessas correntes modernizantes encontram-se no Concílio do Vaticano II por ser ele um Concílio com ênfase pastoral e que buscou ampliar a abertura da ICR para o “mundo moderno” (p. 118-119). Entretanto, o embate com a ideologia conservadora “essencialista” imputou a coabitação de duas teorias após o Vaticano II. O cenário nacional, aliado ao crescimento das Igrejas Pentecostais, resultou na perda da hegemonia católica no país.

No capítulo 7 “‘O efeito Francisco’: diálogos nos ambientes católicos com a diversidade sexual e de gênero”, se discute a influência do novo Papa na postura da ICR. Pode-se perceber que os temas ligados a sexualidade e gênero são temas sensíveis para a ICR, não se observando mudanças significativas em termos da doutrina da Igreja. Entretanto, no terreno pastoral tem-se observando significativa mudança de postura, uma vez que Francisco tem adotado na prática diversas ações tendentes à inclusão, aceitação e respeito da comunidade LGBT, bem como promovido maior discussão sobre assuntos relacionados a

sexualidade, gênero e religião. “Nesse contexto, tem-se atribuído ao chamando ‘effetto Francisco’ – o ‘efeito Francisco’ – uma mudança percebida na atitude de alguns bispos, padres e comunidades, acompanhada não só de declarações públicas, mas também da promoção e aceitação de iniciativas de diálogo com a acolhida da diversidade sexual e de gênero” (p. 133).

Na parte III intitulada “‘Somos filhas e filhos de Deus e da Igreja’: Estratégias discursivas do Diversidade Católica do Rio de Janeiro”. Essa terceira parte trata especificamente dos Grupos Católicos LGBT, buscando identificar as estratégias voltadas a permanência na Igreja Católica Romana. Há, aqui, uma introdução à parte III, que traz informações a respeito de algumas publicações voltadas a discutir a questão da sexualidade e religião, em especial, temas ligados à homossexualidade e seus pontos de divergência entre Grupos LBGT e posicionamentos da Igreja Católica.

O capítulo 8 “‘Ciência e consciência’: a teologia moral sob a pressão dos tempos” traz a indicação e alguns comentários a respeito de uma série de publicações que abordam temas relacionados a religião e sexualidade, dentre elas: 1) “A questão homossexual”, Editora Nova Fronteira, 1977; 2) “A sexualidade humana: novos rumos do pensamento católico americano”, Editora Vozes, 1982; 3) “Homossexualidade: ciência e consciência”, Edições Loyola, 1985; 4) “Homossexuais e ética da libertação”, Revista Perspectiva Teológica, 1988; 5) “Compreender o homossexual”, Editora Santuário, 1990; 6) “O que a Bíblia diz sobre a homossexualidade”, Summus Editorial, “Edições GLS”, 1988; 7) “Pastoral dos homossexuais”, Editora Vozes, 1998; 8) “Homossexuais e ética cristã”, Revista Convergência, 2002; 9) “O enigma da esfinge: a sexualidade”, Editora Vozes, 2001; 10) “Teologia e Sexualidade: um ensaio contra a exclusão moral”, Editora Átomo, 2004; 11) “Diversidade sexual e catolicismo: para o desenvolvimento da teologia moral”, Editora Loyola, 2005 (p. 157-165). Na segunda parte do capítulo a autora mostra a chegada do jesuíta Luís Correia Lima para o Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, bem como seu engajamento em termos de ações e produções acadêmicas voltadas a discutir a relação “diversidade sexual e de gênero no âmbito da fé cristã” (p. 164), isso por meio de eventos, artigos etc. Todas as discussões travadas, nesse âmbito acadêmico, pôde mostrar que há significativa estigmatização e exclusão do público LGBT dentro da comunidade religiosa, contribuindo para o “apagamento” da diversidade sexual e de gênero nos ambientes católicos. A partir dessas constatações, em 2005 e 2006, um pequeno grupo de pessoas no Rio de Janeiro passa a se organizar e a buscar “suas próprias respostas” (p. 170).

Por fim, o último capítulo, intitulado “‘Para que os LGBT vivam sua vocação e dignidade de filhos de Deus na Igreja e na sociedade’: experiências e produção discursiva do DC/RJ”, está estruturado em seis tópicos. O primeiro deles “Trajetória do Grupo”, conta como surgiu o Diversidade Católica (DC) do Rio de Janeiro, iniciado por Pedro, um sacerdote que deixou o ministério e se assumiu *gay*. Pedro juntamente com outros membros colocaram no ar o *site* Diversidade Católica <<http://diversidadecatolica.com.br>>, em 14 de julho de 2007, aniversário da queda da Bastilha. “Segundo Pe. Inácio, que acompanhava o grupo, a proposta era divulgar o fato de que ‘existem católicos que são ‘GLS’ e que isso é possível” (p. 178). O segundo tópico “Faz-se comunidade”, mostra a expansão dos Grupos Católicos LGBT pelo Brasil, a partir da realização de encontros presenciais e virtuais. Com a maior visibilidade do Diversidade Católica do Rio de Janeiro promovida pela *internet* novos grupos foram criados em São Paulo (SP), Curitiba (PR), Ribeirão Preto (SP), Recife/Olinda (PE), Belo Horizonte (MG), Anápolis (GO), Itajaí (SC), Passos (MG), Mossoró (RN), Maringá (PR), Brasília (DF), Fortaleza (CE), Teresina (PI), Nova Iguaçu (RJ), dando suporte e compondo a Rede Nacional. No tópico “Práxis teológica”, são discutidas as formas e conteúdo dos materiais produzidos pelo Diversidade Católica, dando ênfase as experiências coletivas, em particular por meio de depoimentos pessoais, ao envolver temas de “partilha” e “acolhimento”, traduzindo uma “preferência pelo viés pastoral, isto é, com foco em experiências pessoais e situações concretas da vida cotidiana, em detrimento de discussões teológicas de cunho mais teórico” (p. 186).

Em “A (dupla) saída do armário como apropriação do espaço e subversão da ordem”, a autora, traz a dificuldade em relação à escolha do nome do *site*, optando-se por “Diversidade Católica” por “não explicitar de maneira muito patente a ligação entre diversidade sexual e de gênero e catolicismo romano” (p. 186). “Em contraste com o ocultamento receoso e o temor da exposição involuntária vigentes, ‘dentro do armário’, o DC/RJ visibiliza-se e se autoneomeia deliberadamente como ‘movimento de *gays* católicos praticantes’, explicitando sua intenção de caminhar junto com a Igreja Católica” (p. 188). A dupla “saída do armário”, pode ser vista quando se rompe o “pacto de silêncio em torno da existência de uma diversidade sexual e de gênero no campo religioso, provocando uma reviravolta epistemológica – (p. 191), primeiramente porque questiona a autoridade dos detentores do saber sagrado, sobre os saberes dos próprios “católicos LGBT” (p. 191); e, segundo porque é substituída a “narrativa de vergonha que justificava o ocultamento, pela ‘autonarrativa’ de orgulho” (p. 191).

No tópico “Uma práxis dialógica e emocional”, é destacada a postura “emocional”, do DC/RJ com o “uso de recursos que visam ao estabelecimento de uma proximidade e vinculação afetiva com os leitores” (p. 193). Por fim, no último tópico desse capítulo intitulado “Um projeto de igreja para um novo sujeito eclesial”, são apresentados os objetivos e estratégias dos Grupos de Católicos LGBT para sair do obscurantismo e ganhar direito de voz e visibilidade frente a comunidade e a própria Igreja Católica, buscando uma “eclesiologia da diversidade” cujos postulados centrais são: 1) a “superação da lógica da ‘inclusão’/‘automação’ pela afirmação de uma diversidade/pluralidade ‘católica’ essencial”; 2) relativização da autoridade magisterial; 3) a autonomização moral do crente; 4) o incentivo aos “testemunhos de verdade”; 5) “sacralização da missão dos ‘católicos LGBT’, como ‘dádiva’ para a consecução, por sua vez, da missão da própria Igreja” (p. 197 – 198). A partir desse discurso, ganha ênfase uma Teologia mais pautada no trabalho pastoral, visando a “valorização da ‘experiência humana’ – que se traduz no destaque dado aos depoimentos pessoais – em detrimento de elucubrações moral-doutrinárias mais abstratas” (p. 199).

Nas considerações finais, intitulada “O problema da homossexualidade em um exercício de reimaginação”, a autora dá ênfase ao enfoque pejorativo da “Carta aos bispos da Igreja Católica sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais”, cujo título em latim, se chama *‘Homosexualitatis problema’* – “o problema da homossexualidade” (p. 212), e faz um exercício de reimaginação em torno do “problema”, apontando que, este, está centrado na lógica do Poder, baseado “no problema da constituição de **comunidades** que vêm subverter a autoridade eclesial”; no “problema da **mística**” cuja alma “se vê a si mesma”; no “problema do **acesso direto à leitura** da Palavra Sagrada – e do poder implícito ao lugar de leitor, que é também o lugar de autor”; no “problema da subversão de toda a **economia de verdade** desenvolvida pelo poder pastoral, baseada na transmissão de uma Verdade Sagrada como dogma”; no “problema da saída do limbo”, e; no problema das autoridades estabelecidas por “**autonomeação**” (p. 212-213). Em resumo, para a Igreja Católica o intitulado “problema da homossexualidade”, tangencia a necessidade de reforço da dogmática conservadora, visando manter a antiga estrutura de Poder político e econômico da Igreja.

O livro “Viemos pra Comungar: os grupos de católicos LGBT brasileiros e suas estratégias de permanência na Igreja”, mostra-se atual e relevante frente ao contexto sócio-político-religioso que o país vem passando, sendo uma leitura obrigatória para aqueles que pretendem discutir religião, diversidade,

sexualidade, política e direitos humanos, visto que, ele, por meio de uma visão alargada, mostra as possibilidades de abertura de caminho para a “tomada da palavra”, por católicos antes invisíveis para a comunidade cristã. Esse “direito de fala” conquistado gradativamente pelos Grupos de Católicos LGBT, poderá revigorar o catolicismo, modernizando a Igreja Católica ao permitir que, a mesma, seja mais inclusiva, aberta e plural.

Gustavo Luz Gil

Doutor em Direito Público pela Universidade de Coimbra
Doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Católica
de Pernambuco
Recife / PE – Brasil
E-mail: gustavogill1@yahoo.com.br